

LEITURA LITERÁRIA: BEM IMENSURÁVEL

Literary reading: an immeasurable good

Andréia de Oliveira Alencar Igumaⁱ
Centro Universitário da Grande Dourados
Célia Regina Delácio Fernandesⁱⁱ
Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo discutir algumas atribuições designadas a leitura pela perspectiva de programas governamentais e estudiosos da área, uma vez que essa temática tem se mantido como pauta nas agendas governamentais há mais de duas décadas. A partir do estudo, é possível afirmar que a leitura literária ganha destaque, pois é considerada como indispensável para o crescimento humano (intelectual e crítico).

Palavras-chave: Leitura. Literatura. Programas governamentais.

Abstract: This paper aims to discuss some reading assignments designed by the prospect of government programs and scholars in the field, since this topic has been maintained in discussion for over two decades in the government agenda. From the study, it can be said that literary reading is highlighted among, as it is considered essential for human growth (intellectual and critic).

Keywords: Reading. Literature. Government Programs.

[...] Não sabia ler, é claro e, de porta em porta, continuou catando restos. Até que, num outro dia, caprichando em mais uma coleta, encontrou alguém a quem falar do seu achado. E falou do livrinho e o descreveu: continha letras, mais nada. Eram letras diferentes, desenhadas no capricho, meio apagadas, mas bonitas como nunca tinha visto nas placas, como nunca tinha visto na vida. Aí confessou velho sonho: saber ler e escrever (AMORIN, 2008, p. 75-76).

A epígrafe nos remete a uma personagem adulta, do sexo masculino e analfabeto, que, ao garimpar as ruas de sua cidade, depara-se com um livro, guarda-o para si, na esperança de conseguir lê-lo. Para o protagonista da obra, *Beto, o Analfabeto*, de Drummond Amorim (2008), “saber ler e escrever” era “um velho sonho”, assim como para muitos brasileiros que ainda são analfabetos e, por isso, excluídos de inúmeras atividades sociais que inserem o binômio ler e escrever.

Em favor de uma sociedade leitora, Célia Regina Delácio Fernandes (2007) discorre que, desde a década de 1980, tem-se criado leis, congressos e movimentos em prol da formação de leitores em solo brasileiro, fator crucial para a ampliação da produção e circulação de livros, especialmente os didáticos e os de literatura infantil/juvenil, adquiridos pelo governo e destinados às escolas públicas. Nesse sentido, a autora destaca que:

O acesso à escolaridade e à leitura está na pauta de todas as agendas governamentais. Estado, universidades, setor privado e organizações da sociedade civil discutem a relação entre leitura e inserção social, vinculando a importância da leitura à escola e relevando o surgimento e o desenvolvimento de políticas públicas que se ocupam em tornar melhor as condições de letramento da população (FERNANDES, 2007, p. 10).

Concomitantemente a Fernandes (2007), as professoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2009, p.17) asseveram que “há mais de vinte anos, a leitura e seus arredores entraram em todas as agendas: a agenda política, a educacional, a acadêmica”. Diante disso, foram criadas novas possibilidades de estudos em diferentes áreas do saber, que compreendem a leitura como uma prática cultural e social que precisa ser democratizada.

Nessa perspectiva, sublinhamos o diálogo estabelecido entre o historiador Roger Chartier e o sociólogo Pierre Bourdieu em um encontro sobre leitura, ocorrido em Saint-Maximin no final dos anos de 1990:

Roger Chartier: Parece-me também que para debater a compreensão possível das *práticas culturais*, o exemplo da leitura é um exemplo muito bom, uma vez que sobre esse terreno encontram-se colocados, como num microcosmo, os problemas passíveis de ser reencontrados em outros campos e com outras práticas (CHARTIER, 2009, p.231, *grifo nosso*).

Pierre Bourdieu: Penso que estaremos de acordo em ter em mente, a cada vez que a palavra leitura for pronunciada, que ela pode ser substituída por toda uma série de palavras que designam toda espécie de consumo cultural [...] Parece-me muito importante, quando abordamos uma *prática cultural* qualquer, interrogarmo-nos como praticantes, nós mesmos, dessa prática (CHARTIER, 2009, p.231 - 232, *grifo nosso*).

Os dois estudiosos elencados entendem a leitura como uma prática cultural, tendo em vista que sua inserção na sociedade foi construída historicamente e transformou-se em um direito cabível a todo cidadão, aumentando a responsabilidade do sistema educacional na formação do público leitor, ainda mais “quando o sistema escolar representa o papel que representa em nossas sociedades, isto é, quando se torna a via principal ou exclusiva do acesso à leitura” (CHARTIER, 2009, p.241).

Desse modo, o nosso comprometimento neste ensaio, é mostrar o lugar da leitura em uma sociedade hodierna, averiguando o espaço que ocupa dentre os documentos oficiais e programas de incentivo à leitura que circulam nas instituições de ensino. Ao lado disso, iremos frisar o que alguns estudiosos e escritores da área dizem a respeito da singularidade dessa prática.

Dentre os documentos oficiais, em especial os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), que têm como propósito auxiliar os professores da rede pública de ensino brasileira, o uso da leitura é atribuído à formação de leitores competentes e à contribuição na constituição de bons escritores, apresentando uma relação necessária entre o binômio ler e escrever.

No documento supracitado, a leitura é entendida como:

[...] um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua. [...] Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser construídos antes da leitura propriamente dita (BRASIL, 1997, p.40-41).

3

E o que seria um leitor competente? De acordo com os PCNs, leitor competente é aquele que consegue conceber sentido nas lacunas do texto lido, e que ainda articula a leitura realizada no momento com outras anteriores. Ressaltam que “um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente” (BRASIL, 1997, p. 41) e orientam que cabe à escola oferecer “*materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leituras eficazes*, [...] é preciso, portanto, oferecer-lhes os textos do mundo” (BRASIL, 1997, p.42, grifo nosso).

Uma das maneiras encontradas pelo governo federal para a distribuição dos referidos “materiais de qualidade” é garantida por meio de políticas públicas que são instauradas para suprir a carência de obras literárias nas instituições públicas de ensino. Atualmente, a compra e a distribuição dos acervos vêm sendo feitas por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, sob a luz de reconhecer e valorizar a democracia da leitura em terras brasileiras:

A apropriação e o domínio do código escrito contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para que os educandos e educadores possam transitar com autonomia pela cultura letrada. O investimento

contínuo na avaliação e distribuição de obras de literatura tem por objetivo fornecer aos estudantes e seus professores material de leitura variado para promover tanto a leitura literária, como fonte de fruição e reelaboração da realidade, quanto a leitura como instrumento de ampliação de conhecimentos, em especial o aprimoramento das práticas educativas entre os professores (BRASIL, 2011, s/p).

Evidentemente, não se forma leitores sem o acesso ao livro. É necessário conhecê-lo, poder manuseá-lo, sentir seu cheiro, entre tantas outras sensações que só nos são concedidas por meio desse contato. Em benefício de uma maior acessibilidade ao livro, o Congresso Nacional decretou a lei de nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que visa a Política Nacional do Livro, sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em exercício na data. Para operacionalizá-la, o governo conta com alguns planos, dos quais destacamos o Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL, que tem por objetivo contribuir em prol da capacidade leitora brasileira, ao possibilitar que a leitura esteja inserida no cotidiano de *toda* a sociedade.

O PNLL afirma que o exercício de ler deve ultrapassar o código da escrita alfabética e que o aspecto mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler a simples reprodução do que está no texto, tem dificultado o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois “a leitura configura um ato criativo de construção de sentidos, realizado pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s)” (BRASIL, 2010, p.21).

No final do ano de 2010, o PNLL fez um balanço de suas ações, e no documento gerado¹ o Ministro de Estado da Cultura, em exercício na data, João Luís Silva Ferreira, frisou que a leitura é de vital importância tanto para a “plena realização de nossa condição humana” quanto para “nossa capacidade de entender o mundo”. Certificou, ainda, que em uma sociedade onde seus integrantes sejam leitores, as possibilidades em lidar com conflitos comuns ao ser humano são maiores:

[...] a leitura não só qualifica a relação com outras áreas da cultura como também qualifica a relação do indivíduo com a saúde, com o mundo do trabalho, com o trânsito e a cidade, com o ambiente natural e social, possibilitando a superação de limitações físicas e simbólicas (BRASIL, 2010, p.9).

Após a leitura do documento, observamos que o PNLL reconhece a singularidade em trabalhar com textos literários, assim, fica explícito que a

¹ Essa edição do PNLL traz atualizações nas pesquisas da área de educação e leitura e também as contribuições feitas na Pré-conferência Setorial do Livro e Leitura, realizada em março de 2010.

literatura merece *atenção* especial por conta dos benefícios possíveis de serem alcançados por meio da leitura literária:

[...] dada a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor consideradas suas três funções essenciais, como tão bem as caracterizou Antonio Candido: a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência (BRASIL, 2010, p.46).

Na citação em destaque, é resgatado o clássico artigo *A literatura e a formação do homem* (1972) de Antonio Candido, que trata das funções indispensáveis da literatura: psicológica, formadora e a função de conhecimento do mundo e do ser, validando a necessidade de mantermos contato com obras literárias. Desse modo, a literatura vai ao encontro de peculiaridades comuns aos seres humanos pelo caráter de fabulação, ao trabalhar com temas universais por meio do diálogo entre o “real” e o ficcional.

No cenário dos que almejam um Brasil leitor, encontra-se também o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, instituído em 13 de maio de 1992 pelo Decreto nº. 519, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional – FBN, que visa colaborar com o direito à leitura, fomentando condições de acesso às práticas de leitura e de escrita críticas e inventivas. Ao lermos *Proler: concepções e diretrizes* (2009), com o cuidado em observar a concepção de leitura presente no documento, foi possível averiguarmos que o programa entende a leitura e a escrita como práticas socioculturais necessárias para a participação na sociedade hodierna:

[...] se o aprendizado da leitura atende a necessidades pragmáticas, como deslocar-se de um ponto a outro no espaço das cidades, trocar correspondências, fazer compras e realizar outras tarefas cotidianas, é a prática da leitura que possibilita aos indivíduos participar de maneira ativa da vida em sociedade. [...] a leitura é uma atividade intelectual relativa à linguagem, que se caracteriza pela compreensão de discursos, organizados segundo regras próprias e sistemas específicos de referências diferentes da oralidade (BRASIL, 2009, p.8).

De acordo com essa concepção, é por meio da *prática da leitura* que as pessoas passam a refletir sobre sua condição social e política. Nesse sentido, não podemos compreender a prática da leitura como neutra ou ingênua: “a consciência do caráter político do ato de ler é importante para que o sujeito tenha uma atitude emancipada frente ao texto, entendendo-o como produto e não como verdade” (FERNANDES, 2007, p.13). Convém ressaltar que essas

práticas não são estáveis, mas se alteram com o tempo, criando novos formatos e possibilidades. A esse respeito, Roger Chartier (1999) delonga inúmeras páginas em seu trabalho *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, ao percorrer práticas de leitura longínquas e imediatas:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor.

Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem.

Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão (CHARTIER, 1999, p.77).

Ao lado das ponderações tecidas por Chartier (1999), é válido ressaltar que a prática da leitura pode propiciar ao leitor, por meio de seus diferentes gêneros, uma localização cultural que contribui de maneira única para a formação de um leitor crítico e competente ao articular o mundo das palavras com o seu eu mais profundo e com a comunidade em que se insere. No entanto, por oferecer ao leitor a capacidade de governar a si mesmo, sua prática tem uma história trancafiada e ainda hoje é tão velada. Dessa forma, nos reportamos ao texto produzido por Michel de Certeau (1994, p.267), que trava uma discussão sobre a obliteração da leitura, pois o sistema econômico em que vivemos reclama por indivíduos robotizados para melhor produzir, não devem pensar, uma vez que:

A leitura fica de certo modo obliterada por uma relação de forças (entre mestres e alunos, ou entre produtores e consumidores), das quais ela se torna instrumento. A utilização do livro por pessoas privilegiadas o estabelece como um segredo do qual somente eles são os “verdadeiros” intérpretes. [...] Deste ponto de vista, o sentido “literal” é o sinal e o efeito de um poder social, o de uma elite. Oferecendo-se a uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça.

As instâncias de poder lembradas por Certeau são responsáveis por suprimir a leitura e, ainda, comprometer a liberdade do leitor ao agredir sua

prática. Para tanto, “a autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobre determinam a sua relação com os textos” (CERTEAU, 1994, p.268).

Esse incansável esforço de liberdade dos leitores vem acompanhando a história da leitura, tão repleta de desigualdade, tudo isto porque sua prática não é uma atividade simplista e inocente, pelo contrário, a partir da leitura tornam-se claros alguns pontos de conflitos entre a ideologia dominante e a literatura produzida em diferentes momentos da história:

O livro manuseado por nós é um espaço que convida à descoberta, ao desafio da produção do conhecimento. Enquanto registramos, de inúmeras maneiras, as ideias que nele circulam, também deixamos nossas marcas impostas pelo manuseio, traços, muitas vezes, de nossa relação afetiva: folhas gastas por repetidas leituras, anotações feitas nas margens revelando nossa forma de ler. Não se pode esquecer que reações de agressividade também atingem o livro, esse objeto que suscita amor e ódio: desde páginas rasgadas por leitores insatisfeitos ou displicentes, até livros queimados por motivos político-religiosos. Mais que resultados de atitudes individuais, tais marcas e vestígios também falam dos lugares sociais da leitura e de suas contradições (WALTY, 2001, p.32).

Nessa superposição, para muitos ainda é preferível que a democracia da leitura continue a ser um objetivo fora de alcance, pois como frisa o argentino Alberto Manguel (1999, p. 315), “uma multidão analfabeta é mais fácil de dominar; uma vez que a arte da leitura não pode ser desaprendida, o segundo melhor recurso é limitar seu alcance”. É justamente esse “alcance limitado”, o corolário de todos os “poderosos” (instituições religiosas, políticas e partidárias) que regem a conduta e a ordem das civilizações.

Para tanto, é pertinente salientar que, ainda hoje, o acesso a leitura não foi totalmente democratizado, o que se confirma por meio de alguns estudos, como por exemplo, a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”², ganhadora da sua segunda versão no ano de 2008, sob organização de Galeano Amorin, publicado pelo Instituto Pró-Livro (IPL)³, em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, com o objetivo central de “diagnosticar e medir o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros, e levantar junto aos entrevistados suas opiniões relacionadas à leitura” (AMORIN, 2008, p.9).

² A primeira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pela CBL, Snel e Abrelivros, com apoio da Bracelpa, foi realizada em 2000/2001 pelo instituto A. Franceschini Análise de Mercado, de São Paulo. Seu objetivo básico era identificar a penetração da leitura de livros no país e o acesso a eles.

³ É uma organização social civil de interesse público – uma Oscip – criada por três das principais entidades do livro no Brasil: Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel) e Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros).

Um total de 172,7 milhões de brasileiros a partir de cinco anos de idade, de todas as regiões, sem deixar nenhuma capital exclusiva, participaram da pesquisa que teve como foco verificar o perfil do (não) leitor brasileiro. Afirmou-se por meio desta, que 95 milhões dos entrevistados são leitores, isto é, leram pelo menos um livro nos últimos três meses. Na outra ponta, 77 milhões declararam não terem lido nenhum livro nos meses recorrentes, mas não é possível acatar como seguras tais respostas.

No contexto dessas pesquisas, é preciso ponderar que, mediante o reconhecimento da “alta literatura” firmado pelas instâncias legitimadoras, muitos silenciam suas práticas de leitura, julgando-as como inválidas. Seguindo essa esteira de reflexão, Pierre Bourdieu tece alguns comentários:

Pierre Bourdieu: os senhores têm a chance, interroguem as pessoas sobre o que elas lêem, não somente sobre o que lêem, mas sobre a maneira de ler. De fato, evidentemente, a mais elementar interrogação da interrogação sociológica ensina que as declarações concernentes ao que as pessoas dizem ler são muito pouco seguras em razão daquilo que chamo de efeito de legitimidade: desde que se pergunta a alguém o que ele lê, ele entende “o que eu leio que mereça ser declarado?” Isto é: “o que é que eu leio de fato de literatura legítima?” (CHARTIER, 2009, p.236).

As reflexões do sociólogo francês caminham lado a lado de estudos recentes da área, que acentuam que muitos brasileiros não se afirmam enquanto leitores por conta dos livros lidos por eles não serem considerados nas pesquisas tradicionais. Não obstante, a academia acaba por impelir suas meias verdades a favor de falsos valores, pois discutir o perfil do leitor brasileiro requer, antes de tudo, conhecê-lo. Como os dados indicam na referida pesquisa, entre os que afirmaram serem leitores 55% são mulheres e 45% homens, o que apresenta o gênero feminino à frente quando o assunto é leitura. E a média de livros lidos por ano por esses leitores é de 4,7 % por habitante e apenas 1,2% se encaixam no quesito de compradores de livros.

Outras investigações que mapeiam o índice de analfabetismo no Brasil são lembradas no livro de Amorin (2008), como, por exemplo, o INAF/BRASIL – Indicador de Alfabetismo Funcional, medido pelo Instituto Paulo Montenegro⁴, que desde 2001 apura regularmente os índices de alfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos de idade. Na última versão (BRASIL, 2009) aponta que, no Brasil, entre a população que se encaixa na faixa etária citada, 7% é considerada analfabeta, mostrando uma diminuição percentual ao equiparar com 9% obtidos no ano de 2007.

⁴O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos, vinculada ao O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE, que tem por objetivo desenvolver e executar projetos na área de Educação.

Com isso, notamos que uma fatia da sociedade brasileira ainda anela pelo “direito de ler”, permanecendo privada de atividades básicas que envolvem a leitura, tais como: ler o letreiro do ônibus; ler uma bula de remédio; escolher seu alimento em um cardápio; conhecer as letras que compõe seu nome; contribuir com o dever de casa de seus filhos; ler o jornal no café da manhã, entre outras. Por conseguinte, diante de tantas faltas que certamente visitam a vida de uma pessoa não alfabetizada, ganha destaque pela nossa retina o (não) direito à literatura, a ausência de vivenciar a leitura literária, aquela que de acordo com Roland Barthes (1987, p.21-22) encontra-se nos textos capazes de dar prazer:

[...] aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, [...] aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem.

Diante desses dados, que revelam ainda haver em solo brasileiro pessoas desprovidas da leitura, e por compreender tal falta como comprometedor para participação em uma sociedade grafocêntrica, esperamos que a discussão a respeito da leitura não fique presa em um emaranhado de folhas que compõem as agendas das instâncias lembradas aqui pelas estudiosas Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2009), tornando-se inócua, e sim propagada e difundida com o propósito de nutrir as vidas dessas pessoas com a leitura (literária).

9

Referências

AMORIN, Drummond. *Beto, o Analfabeto*. Ilustrações de Sebastião Nuvens. Sabará, MG: Dubolsinho, 2008.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Editora Perspectiva, 1987.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília, 1997.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários Escritos*. SP: Duas Cidades: SP, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação*. Londrina: EDUEL, 2007.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2009.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WALTY, Ivete Lara Camargo. *Palavra e imagem: leituras cruzadas*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

ⁱ E-mail da autora: dheia_oliveira@hotmail.com

ⁱⁱ E-mail da autora: celiafernandes@ufgd.edu.br